

 10.46943/X.CONEDU.2024.GT01.061

PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES ACERCA DO PAPEL DA ESCOLA NO ENFRENTAMENTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

Anna Dhara Guimarães Tannuss¹

Yasminn Thays Andrade dos Santos²

Patricia Nunes da Fonseca³

Dayane Gabrielle do Nascimento Dias⁴

RESUMO

O abuso sexual infantil (ASI) caracteriza-se como toda relação entre um adulto e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente estes ou usá-los para a obtenção de prazer sexual. A escola, como ambiente de socialização na infância e adolescência, surge como um importante espaço de identificação de crianças com comportamentos indicadores do ASI bem como de apoio às vítimas e aos familiares. O presente estudo teve como objetivo analisar a percepção dos professores acerca do papel da escola no enfrentamento do abuso sexual infantil. Para tanto, contou-se com a participação de seis professores, com idades entre 26 e 52 anos, majoritariamente do sexo feminino. Foram utilizados como instrumentos a entrevista semiestruturada e o questionário sociodemográfico. Os resultados demonstraram que, entre as variáveis demográficas, apenas uma das profissionais possuía capacitação específica sobre o tema, o que evidenciou a escassez de formação sobre o assunto no ambiente escolar. Além disso, os profissionais destacaram

1 Mestranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, anna.dhara@academico.ufpb.br;

2 Graduada pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, yasminn.andrade97@gmail.com;

3 Doutora pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, pnfonseca.ufpb@gmail.com;

4 Mestranda do Curso de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, dayane.gabrielle@academico.ufpb.br;

o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como uma ferramenta importante. Entretanto, houve uma constância nas afirmações de que não haviam lido o próprio material do ECA. Apresentaram também o processo de comunicação como essencial para a identificação do ASI, além da educação emocional e o trabalho em conjunto com o conselho tutelar como importante papel de prevenção. Conclui-se que é de extrema importância abordar essa temática na formação dos professores para capacitá-los a desempenhar adequadamente esse papel, considerando sua posição estratégica na identificação e intervenção em casos de ASI. A formação adequada dos profissionais não apenas aumenta a proteção das crianças, mas também contribui para criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, em que os direitos das crianças são respeitados e promovidos.

Palavras-chave: Abuso Sexual, Infância, Professores, Escola, Psicologia.

INTRODUÇÃO

O Abuso Sexual Infantil (ASI) é um dos fenômenos mais graves e ameaçadores na vida de crianças e adolescentes, deixando-os vulneráveis a inseguranças diárias resultantes da falta de conhecimento da sociedade sobre essa problemática (BRINO; WILLIAMS, 2008). De acordo com o Ministério da Saúde, entre os anos de 2015 e 2021, foram notificados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. Desses, 41,2% correspondem a situações de violência contra crianças, enquanto 58,8% equivalem a ocasiões de abuso envolvendo adolescentes (BRASIL, 2023).

Embora as estatísticas sejam consideradas alarmantes, a sociedade ainda carece de uma melhor compreensão sobre o ASI, a sociedade ainda carece de uma compreensão mais profunda sobre o ASI, o que torna urgente o desenvolvimento de mecanismos eficazes de prevenção e identificação dessa forma de violência (MARIA; ORNELAS, 2010). Nesse sentido, a conceituação do ASI é frequentemente inconsistente e variável, em razão da sua complexidade e das particularidades que cercam esse fenômeno, o que dificulta sua identificação e prevenção.

Na literatura, a definição do ASI de se distingue de outros termos, revelando uma imprecisão terminológica, pois é comumente confundida como violência sexual, agressão sexual, vitimização sexual, maus-tratos e crime sexual (FALEIROS, 2000). Florentino (2015) conceitua o ASI como atos e/ou atividades sexuais contra crianças e/ou adolescentes, com o objetivo de satisfazer sexualmente o agressor.

Ademais, o ASI é definido como qualquer prática de natureza sexual envolvendo uma criança ou indivíduo com menor desenvolvimento psicossocial em relação ao agressor. Isso abrange situações em que um adolescente interage sexualmente com uma criança, especialmente quando há uma diferença significativa de idade e desenvolvimento (ESPÍNDOLA; BATISTA, 2013). Além disso, o ASI pode ocorrer tanto em relações heterossexuais quanto homossexuais, evidenciando a diversidade de contextos em que essa violência pode se manifestar (HABIGZANG et al., 2005).

Essa violência pode se expressar em duas vertentes: 1) ASI intrafamiliar, que ocorre quando o perpetrador possui laços consanguíneos ou de parentesco com a vítima; e 2) ASI extrafamiliar, em que estes vínculos não existem (TEIXEIRA-FILHO et al., 2013). Além disso, o ASI considera dois aspectos funda-

mentais. O primeiro é a diferença de idade entre o agressor e a vítima, que deve ser igual ou superior a cinco anos. O segundo aspecto refere-se aos comportamentos sexuais específicos, que podem ou não envolver contato físico. Entre os comportamentos que não envolvem atos físicos, destacam-se o *voyeurismo* (prática em que o agressor obtém prazer ao observar outras pessoas em situações íntimas), produções de fotografias e exibicionismo. Como ações físicas têm-se toques e penetração (COLLIN-VÉZINA; MILNE, 2019).

Devido ao estágio de desenvolvimento das vítimas de ASI, essas não têm a capacidade de consentir com tais ações, o que torna imprescindível a proteção contra essas condutas criminosas por meio do sistema legal e de justiça do país (QUENAN; DOMINGUEZ, 2013). Embora a legislação vigente não ofereça uma definição ou tipificação penal formalizada de ASI, devido à sua complexidade e abrangência, diversas leis já contemplam condutas que afetam crianças e adolescentes.

Nesse contexto, tanto o Código Penal quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) abordam crimes que envolvem vítimas menores de idade. Por exemplo, o artigo 217-A do Código Penal tipifica como crime a conjunção carnal ou a prática de outros atos libidinosos com menores de 14 anos (BRASIL, 1940). O artigo 218 do mesmo código trata da corrupção de menores, caracterizando a indução de alguém menor de 14 anos a satisfazer a lascívia de outrem. Além disso, o artigo 241-D do Estatuto da Criança e do Adolescente criminaliza a conduta de aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, uma criança com o objetivo de praticar ato libidinoso (BRASIL, 1990).

Vale destacar que, a promulgação da Lei nº 13.431, em 2017, representou um marco significativo no ordenamento jurídico brasileiro, estabelecendo um sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes que são vítimas ou testemunhas de violência. Essa legislação introduziu mecanismos para prevenir e coibir a violência, conforme o artigo 227 da Constituição Federal e classificou o ASI como uma forma de violência sexual, o diferenciando da exploração sexual, comercial e do tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, contribuindo para uma compreensão mais clara da temática (BRASIL, 2017).

A literatura aponta que as vítimas de ASI são predominantemente do gênero feminino, com prevalência entre 18% e 20%, em comparação a 8% para o gênero masculino (STOLTENBORGH et al., 2011). Esses dados corroboram os achados de Finkelhor (1994), que ao analisar dados internacionais, revelou que

revelou que 34% dos casos denunciados, cometidos por familiares, envolviam meninas, enquanto 18% diziam respeito a meninos. No que tange à faixa etária das vítimas, observa-se que o intervalo de 7 a 12 anos é o mais vulnerável para a ocorrência de ASI (FINKELHOR et al., 1990; SAUNDERS et al., 1999). Essa vulnerabilidade pode ser atribuída ao fato de que indivíduos nessa faixa etária estão em uma fase de desenvolvimento em que tendem a respeitar a autoridade de pessoas mais velhas, tornando-se mais suscetíveis a ameaças, coerção e manipulações. Além disso, esses não possuem a maturidade necessária para identificar e denunciar o agressor, o que contribui para essa vulnerabilidade (HEWITT, 1998).

Em contrapartida, a compreensão dos agressores ainda é limitada, refletida na escassez de estudos que investigam suas personalidades e características. A literatura indica que a maioria dos agressores são homens, sendo comum apresentarem transtornos de sexualidade e de personalidade (BALLINT; DUQYUE, 2012; HALPÉRIN et al., 1996). Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, os agressores são predominantemente masculinos, com meninas como vítimas em 80,9% dos casos e meninos em 82%. Além disso, 40,4% das agressões contra meninas e 44,3% contra meninos são cometidas por familiares, seguidas por amigos ou conhecidos, que representam 42,6% dos casos de abuso (BRASIL, 2023).

Nesse cenário, torna-se importante avaliar as consequências que as vítimas de ASI podem enfrentar. Os estudos demonstram que o ASI pode comprometer a evolução saudável das vítimas, levando ao desenvolvimento de transtorno de ansiedade, depressão, sequelas físicas e problemas de aprendizagem, que podem se manifestar tanto na infância quanto na fase adulta (FERGUSON; MCLEOD; HORWOOD, 2013; SILVA; RESENDE, 2011). De modo similar, o trauma gerado pelo ASI gera nas vítimas sentimento de medo, evitamento social, lesões genitais e/ou anais, dificuldades para dormir, transtornos alimentares, comportamentos sexuais inadequados à idade, excesso de masturbação e simulação de atos sexuais (MANITA, 2003).

Quanto às consequências na natureza cognitiva, o ASI impacta significativamente o desenvolvimento escolar das vítimas, resultando em diversas dificuldades em manter a atenção, realizar funções executivas, desenvolver a memória e a linguagem (MARQUES, 2015). Dito isto, a escola se torna um ambiente propício para observar, de maneira mais detalhada, as dificuldades

de aprendizagem, uma vez que o ASI pode afetar a capacidade do cérebro de compreender, recordar e comunicar informações (YAEGASHI; AMARAL, 1994).

A escola, em articulação com a sociedade e, principalmente, com uma família compreensiva, pode ser um ambiente favorável à mitigação de fatores de risco e vulnerabilidade infantil (BEE, 1997). Dessa forma, a escola desempenha um papel crucial na detecção de comportamentos disfuncionais em crianças, que podem se manifestar por meio de mau desempenho escolar, evasão, desregulação emocional, explosões de raiva, vergonha excessiva, distúrbios do sono, medo do escuro, dificuldade em formar laços com os colegas, mudanças no apetite e comportamentos sexuais inadequados para a idade.

Para que a escola consiga identificar e implementar mecanismos de prevenção ao ASI, é fundamental que os professores sejam devidamente capacitados e informados sobre conhecimentos básicos, legislação pertinente e os direitos da criança e do adolescente. Essa capacitação é especialmente necessária em face dos dados alarmantes que indicam um aumento no número de crianças cada vez mais jovens sendo vítimas de abuso, além do longo intervalo que se passa entre o primeiro contato sexual e a revelação do abuso (WILLIAMS; ARAÚJO, 2009). Nesse sentido, a escola frequentemente se torna o primeiro ambiente onde as vítimas manifestam sinais de possíveis abusos que estão sofrendo, que se expressam por meio de dificuldades de aprendizagem ou problemas comportamentais (ZULIANI et al., 2017).

No entanto, muitas vezes, crianças e adolescentes passam despercebidos pelos profissionais da educação, mesmo quando deveriam levantar suspeitas e despertar o interesse sobre o que pode estar acontecendo (CRAMI, 2002). É importante considerar que a identificação de casos de ASI não é uma tarefa simples, especialmente devido à dificuldade que a vítima enfrenta para relatar seu abuso, tanto por conta da sua faixa etária quanto pelas inconsistências cognitivas e verbais resultantes dos traumas sofridos (BRINO; WILLIAMS, 2003).

Adicionalmente, conforme estabelece o ECA, no Artigo 245, os professores têm a responsabilidade de assegurar os direitos dos alunos e de encaminhar casos suspeitos de maus-tratos e violências, sob pena de multa (BRASIL, 1990). Diante disso, e considerando que a maior parte das denúncias de ASI se origina no ambiente escolar, é de fundamental analisar o papel dos educadores e suas responsabilidades ao se depararem com situações de ASI. Isso requer, de forma urgente, especialização, conscientização e uma resposta adequada à sua atribuição como agentes educacionais, com uma abordagem correta do problema.

Perante o exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a percepção dos professores acerca do papel da escola no enfrentamento do Abuso Sexual Infantil (ASI). Especificamente, espera-se: 1) Conhecer o perfil sociodemográfico e profissional dos participantes da pesquisa; 2) Avaliar a compreensão dos professores acerca do abuso sexual infantil; 3) Investigar como os professores podem identificar casos de abuso sexual infantil na escola; 4) Entender como os professores percebem a escola como espaço social de prevenção de comportamentos indicadores de abuso sexual; 5) Examinar se os participantes reconhecem o papel social do professor no enfrentamento do ASI, conforme o ECA; 6) Identificar o conhecimento dos professores sobre os mecanismos utilizados para prevenção e combate ao ASI em âmbito escolar.

METODOLOGIA

PARTICIPANTES

Contou-se com uma amostra por conveniência composta por seis professoras, entre 26 e 52 anos. Todas as participantes eram do sexo feminino e com formação em pedagogia. A média de tempo de atuação profissional é de 24 anos, com uma carga horária diária de 7 horas. Apenas uma das participantes possui curso de capacitação e possui experiência na identificação de um caso de ASI. As participantes lecionam na mesma unidade de ensino onde a coleta de dados foi realizada.

INSTRUMENTOS

Questionário sociodemográfico e profissional. Conjunto de perguntas com o objetivo de caracterizar a amostra, a exemplo das seguintes variáveis: idade, sexo, raça, religião, tempo de formação e formação voltada para manejos de casos de ASI.

Roteiro de Entrevista semi-estruturada. Contemplou as seguintes temáticas: (1) Compreensão do abuso sexual infantil; (2) Identificação de casos de ASI; (3) Comportamentos indicadores e percepção dos professores; (4) Desafios enfrentados pelos professores; e (5) Estratégias e prevenção do ASI na escola.

PROCEDIMENTO

Seguiram-se todos os procedimentos éticos de acordo com o que estabelecem as Resoluções N° 466/12 e N° 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sendo a realização do estudo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa de uma Universidade Federal localizada na região Nordeste (CAAE: 74432323.9.0000.5188). As interessadas em participar da pesquisa expressaram sua concordância por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Especificamente, o TCLE forneceu informações sobre a pesquisa, seus objetivos, a natureza voluntária e anônima da participação, garantindo a confidencialidade das informações fornecidas e deixando claro o direito da participante de desistir a qualquer momento, sem sofrer prejuízo. As entrevistas foram realizadas presencialmente em um local reservado e combinado previamente com a participante. Cada entrevista teve uma duração média de 25 minutos, permitindo que as participantes respondessem livremente às perguntas. As entrevistas foram gravadas por meio de um aparelho celular e, posteriormente, transcritas na íntegra pela pesquisadora.

ANÁLISE DOS DADOS

A partir dos dados textuais das entrevistas foram analisados por meio do software *Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRaMuTeQ). Foram realizadas as etapas de adequação do *corpus* textual e Classificação Hierárquica Descendente (CHD). A CHD é uma técnica que organiza segmentos de texto (STs) em classes temáticas homogêneas com vocabulários similares. Para avaliar as relações entre as formas linguísticas do *corpus* e as Classes Temáticas (CT), foi realizado o teste de qui-quadrado (χ^2), cujos resultados foram utilizados para a construção de um dendrograma.

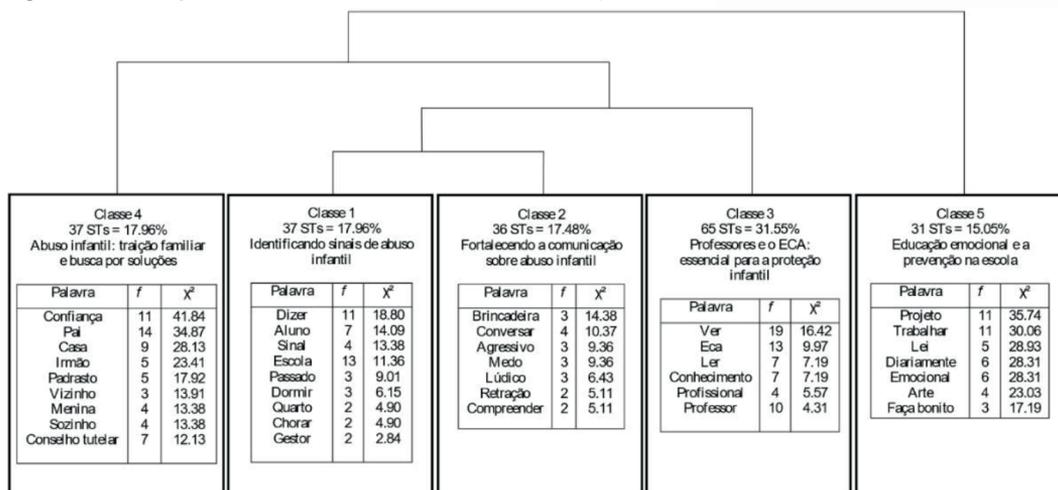
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para conhecer o perfil de cada professora entrevistada utilizou-se um questionário sociodemográfico. Todas as participantes eram do sexo feminino, com idades variando entre 26 e 52 anos. A média de atuação em sala de aula foi de 24 anos. Um aspecto significativo identificado foi a escassez de cursos de capacitação voltados para o Abuso Sexual Infantil (ASI), com apenas uma professora

reportando ter realizado tal formação. Esse perfil profissional reflete a literatura que aponta a falta de capacitação e um certo despreparo dos educadores para lidar com alunos potencialmente vítimas de abuso sexual infantil.

Para compreender a percepção dos professores sobre a ASI foi utilizada a análise de CHD, que desmembrou o corpo textual em 233 segmentos (ST). Desses, 206 segmentos foram aproveitados, totalizando 88,4% do corpus. O resultado foi considerado significativo, uma vez que, para que a CHD tenha robustez, é fundamental reter pelo menos 75% dos segmentos de texto (STs) (Castro et al., 2020). O dendrograma resultante da análise revelou cinco classes temáticas: (1) Identificando sinais de abuso infantil; (2) Fortalecendo a comunicação sobre o abuso infantil; (3) Professores e o ECA: essencial para a proteção infantil; (4) Abuso infantil: traição familiar e busca por soluções; e (5) Educação emocional e prevenção na escola. Observa-se uma relação mais próxima entre as classes 1 e 2, que se conectam diretamente à classe 3. Além disso, as classes 1, 2 e 3 são mediadas pela classe 4, que, por sua vez, é mediada pela classe 5, formando o dendrograma apresentado na Figura 1.

Figura 1. Dendrograma de classes da classificação hierárquica descendente



CLASSE 1 - IDENTIFICANDO SINAIS DE ABUSO INFANTIL

Essa classe corresponde a 17,96% (f = 37 ST) do corpus textual e é composta por palavras que variam entre $\chi^2 = 18,92$ (Sempre) e $\chi^2 = 4,48$ (Perceber). A classe 1 discute a importância de manter uma atenção constante aos sinais de abuso infantil, enfatizando a colaboração com o conselho tutelar e o trabalho

de conscientização, além da responsabilidade dos educadores na proteção dos menores. Para que esse processo seja efetivo, foi mencionado a importância dos professores se familiarizar com o tema, capacitando-se para identificar esses sinais de forma adequada.

*“As nossas crianças precisam ser protegidas e perceber quando a **criança** está se sentindo sozinha ou até mesmo retraída, então a **escola** sempre tem que ter essa preocupação de estar conhecendo o seu aluno para identificar esses tipos de circunstâncias” (Participante 5)*

“Eu com minha pouca experiência eu já creio que ela já é um sinal quando ela faz o x com a mãozinha na parte de baixo para não baixar a calcinha ou se irrita quando a gente tenta ajudar” (Participante 2)

CLASSE 2 - FORTALECENDO A COMUNICAÇÃO SOBRE DO ABUSO INFANTIL

Essa classe corresponde a 17.48% (f = 36 ST) do corpus textual e é formada por palavras que variam entre $x^2 = 30.29$ (Passar) e $x^2 = 4.24$ (Sentir). Nessa classe, as professoras destacaram que a comunicação é a chave para identificação e prevenção do ASI, destacando indicadores comportamentais, como retração e agressividade, podem sinalizar que os menores necessitam de atenção e cuidado especial. Elas ressaltaram a importância de discutir o tema com mais frequência, promovendo campanhas e uma conscientização abrangente que seja acessível a todos os membros da comunidade escolar.

“Como a pessoa adulta vai se aproximar de como ela vai então através até de uma dramatização de coisas desse tipo que a gente pode chegar junto e fazer com que o pensamento daquela criança se abra” (Participante 1).

“As campanhas de prevenção eu acho que assim aumentando essa campanha não se restringir só ao 18 de maio ter mais vezes se falar mais sobre isso acho que também seria uma forma de contribuir mais” (Participante 3).

CLASSE 3 - PROFESSORES E O ECA: ESSENCIAL PARA A PROTEÇÃO INFANTIL

Essa classe corresponde 31.55% (f = 65 ST) do corpus textual, abrangendo palavras no intervalo entre $x^2 = 16.42$ (Ver) e $x^2 = 4.31$ (Professor). Observou-se a relevância do ECA na percepção dos professores, sendo considerado uma ferramenta essencial para complementar o trabalho escolar na proteção das crianças, com ênfase na colaboração entre educadores. No entanto, apesar de

sua importância destacada, houve uma consistência nas afirmações de que muitos professores não leram o material do ECA, sugerindo que sua familiaridade com o conteúdo se dá de maneira indireta, por meio de palestras, campanhas, conversas informais e cursos.

“Eu acredito que o ECA vem para realmente somar com a escola e quando se fala nele, eu acho que seja um trabalho de mão dupla, professor e ECA” (Participante 1).

“Geralmente comunicar a gestão primeiro passo com certeza seria esse comunicar alguma atitude estranha para a gestão antes de contar aos pais, não sei informar, não tenho conhecimento porque realmente nunca li o ECA” (Participante 3).

CLASSE 4 - ABUSO INFANTIL: TRAIÇÃO FAMILIAR E A BUSCA POR SOLUÇÕES

Essa classe representa 17,96% (f = 37 ST) do corpus textual, composta por palavras variando entre $x^2 = 41,97$ (Próprio) e $x^2 = 4,31$ (Relatar). Nela, destaca-se a percepção dos professores de que o abuso infantil ocorre com maior frequência no ambiente familiar, evidenciando que a confiança em figuras parentais ou pessoas próximas pode ser traída. Além disso, a classe ressalta a importância de implementar medidas preventivas para evitar a ocorrência dessas situações, promovendo a proteção das crianças e a conscientização sobre o tema.

“Os próprios pais, os próprios familiares, muitas vezes em casa, até mesmo um vizinho, os pais confiam de deixar o filho e ele sofre o abuso imediatamente o conselho tutelar para poder dar essa assistência” (Participante 5).

“Na maioria das vezes é o próprio pai, avô, padrasto, geralmente é aquela pessoa que ela tem mais confiança que acaba partindo dessa confiança.” (Participante 6).

CLASSE 5 - EDUCAÇÃO EMOCIONAL E A PREVENÇÃO NA ESCOLA

Essa classe representa 15,05% (f = 31 ST) do corpus textual, composta por palavras variando entre $x^2 = 64,71$ (Projeto) e $x^2 = 3,90$ (Ambiente). Nela, os professores destacam a importância da educação emocional dentro das diretrizes educacionais, reconhecendo seu papel crucial na prevenção do abuso infantil. A classe enfatiza a necessidade de uma colaboração eficaz entre a escola e o conselho tutelar em projetos relacionados a essa temática. Um exemplo iden-

tificado é o projeto “Faça Bonito”, desenvolvido na escola, que inclui atividades abordando questões pertinentes ao tema.

“Dentro das leis de bases e diretrizes da educação também vai ser abordado também a educação emocional por lei não que a gente não trabalhe a gente trabalha só que assim de modo mais concreto diariamente” (Participante 4).

“A gente faz o ‘faça bonito’, uma semana de prevenção de apresentação de palestras como houve esse ano as palestras e as atividades são temáticas relacionadas à campanha de prevenção de esclarecimento para a criança” (Participante 3).

Os resultados, especialmente da Classe 1, revelam que a maioria das respostas dos docentes indica que a identificação de casos de abuso sexual infantil (ASI) muitas vezes se baseia em comportamentos observáveis dos próprios alunos. Esses sinais podem se manifestar de forma direta ou indireta na fala das crianças, permitindo que elas compartilhem suas experiências traumáticas ou expressem seus medos. Além disso, comportamentos não verbais, como choros frequentes, sonolência e mau desempenho escolar, também podem indicar a ocorrência de violência sexual. A literatura reforça que a escola, como ambiente de convivência diária das crianças, facilita a identificação desses comportamentos (GUIMARÃES et al., 2020)

De acordo com Abrapia (1997), a escola é importante na detecção de casos de violência contra crianças e adolescentes, sublinhando a responsabilidade dos profissionais, especialmente dos professores, em estarem preparados para reconhecer esses sinais. As professoras mencionaram que o aumento do comportamento agressivo, a falta de interesse em brincar, dormir e estudar são indicadores de que algo pode estar errado, corroborando com os achados das entrevistas. Nesse contexto, a Classe 1 está diretamente relacionada à Classe 2, que aborda o fortalecimento da comunicação sobre ASI nas escolas, focando em como os professores podem identificar e relatar possíveis sinais de abuso.

Nessa perspectiva, para Spaziani (2013), a escola é um espaço privilegiado para romper o silêncio das crianças por meio de ações e medidas preventivas. As brincadeiras e dinâmicas são instrumentos essenciais para facilitar o reconhecimento de situações de ASI, alinhando-se com os resultados analisados e destacando a ludicidade como fundamental em momentos tão delicados. A literatura também aponta que práticas pedagógicas, como a ludicidade e

a contação de histórias, são eficazes na abordagem do tema com as crianças (RODRIGUES, 2013).

Assim, por meio da implementação das atividades mencionadas, observa-se que a dramatização utilizando livros ilustrativos pode ser uma ferramenta eficaz para identificar comportamentos sinalizadores de possíveis abusos, como medo, agressividade e retração. Em consonância com os estudos de Soma e Willians (2019), a contação de histórias se destaca como um mecanismo preventivo na abordagem do abuso sexual infantil (ASI), facilitando a identificação das vítimas com os personagens. Essa identificação permite que as crianças reconheçam experiências similares às suas, ajudando-as a se conscientizar sobre a violência que podem estar vivenciando.

Por outro lado, as recomendações dos docentes entrevistados para promover conversas com as crianças como forma de fortalecer a comunicação precisam ser tratadas com cautela. A literatura aponta que essa abordagem pode ser inadequada se o profissional não estiver devidamente capacitado para atuar como facilitador e mediador. A falta de preparação pode dificultar a abertura das crianças ao relatarem experiências de abuso ou ameaças, resultando em consequências negativas que podem prejudicar o desenvolvimento e a saúde mental da vítima. Além disso, a carência de formação específica sobre temas de violência e abuso infantil durante a formação de professores, bem como a falta de capacitação para lidar com vítimas, pode agravar ainda mais a situação, causando danos às crianças (LERNER, 2020).

As Classes 1 e 2 estão intimamente conectadas à Classe 3, que aborda a importância do papel do professor na proteção infantil, conforme estipulado pelo ECA. As pesquisas analisadas indicam que é fundamental que os educadores leiam, interpretem e compreendam os preceitos legais, a fim de tornarem ainda mais clara sua missão de zelar pelos interesses e direitos das crianças. Isso reforça a necessidade de implementar de maneira consciente e capacitada as diretrizes relacionadas às Classes 1 e 2. No entanto, as respostas coletadas revelam que a maioria dos professores nunca leu o ECA, optando por adquirir informações de forma indireta, por meio de palestras, campanhas e outras fontes.

Nesse contexto, os estudos apontam que a obrigatoriedade estabelecida pela legislação brasileira desde 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, alterou significativamente as relações entre médicos e pacientes, bem como entre professores e alunos. Desde então, uma postura

mais protetiva tornou-se exigida de ambos os profissionais (LANDINI, 2011). O desconhecimento percebido leva à conclusão de que a prevenção e a identificação de casos de abuso sexual infantil (ASI) por parte desses educadores se tornam difíceis, especialmente quando tentam observar e confirmar a violência sofrida pelas crianças. Isso pode resultar em uma relutância em notificar adequadamente as autoridades competentes, conforme os dispositivos legais pertinentes à matéria.

A Classe 4 atua como uma mediadora das três classes discutidas anteriormente. Ela aborda a traição familiar e a busca por soluções, elementos centrais nos casos de abuso sexual infantil (ASI) que os professores tentam identificar nas escolas. Conforme já mencionado neste estudo, e corroborado pela literatura e pelos dados coletados nas entrevistas, as participantes relataram que a violência sexual contra as crianças geralmente resulta de uma quebra de confiança em relação a pessoas próximas, especialmente familiares. Esses abusadores se aproveitam de momentos de vulnerabilidade, como a situação de estar sozinho em casa, para perpetrar seus atos criminosos. Estudos indicam que 83% dos casos investigados de ASI ocorrem dentro da própria família, atribuindo à violência sexual um caráter intrafamiliar.

Além dos fatores parentais, a quebra de confiança também pode ocorrer quando os responsáveis delegam a proteção das crianças a terceiros, como vizinhos ou amigos. Essa delegação pode levar a situações de risco, uma vez que os verdadeiros responsáveis retiram seu olhar protetor e confiam a segurança de seus filhos, netos ou sobrinhos a pessoas que podem se aproveitar de oportunidades específicas, como a literatura já evidenciou.

Por fim, a Classe 5, conforme apresentada pelo grupo docente, aborda a educação emocional no currículo como uma medida preventiva nas escolas. Nesse sentido, destaca-se a importância da implementação de psicoeducação voltada para o fortalecimento das emoções. Como afirma Bisquerri (2000), "a Educação Emocional pode ser compreendida como um processo educativo, contínuo e permanente, que visa potencializar o desenvolvimento emocional como complemento indispensável ao desenvolvimento cognitivo, constituindo ambos os elementos essenciais para o desenvolvimento integral da personalidade". Essa abordagem é fundamental para criar um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, promovendo a saúde emocional das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que o aumento constante das incidências de abuso sexual infantil, considerado um grave problema de saúde pública, evidencia a necessidade urgente de estratégias de prevenção. Essas estratégias devem ser direcionadas especialmente aos profissionais diretamente envolvidos, com o objetivo de facilitar a compreensão dos eventos traumáticos que trazem sérios prejuízos ao desenvolvimento das crianças vítimas.

Diante disso, o presente estudo buscou investigar a percepção dos professores sobre o papel da escola no enfrentamento do abuso sexual infantil (ASI). O dever de responsabilidade dos educadores se intensifica nesse contexto, seja por força da legislação específica, seja em função dos indícios ou comportamentos que podem surgir nas crianças. Afinal, a escola é um espaço propício para a comunicação e a orientação sobre esse fenômeno.

A construção deste trabalho foi baseada em uma revisão da literatura, complementada por uma proposta de contribuição empírica. Através da análise das categorias e classes utilizadas para descrever os resultados, ficou claro que há uma necessidade premente de estudos e capacitações para os educadores. Os dados coletados indicam um despreparo significativo do corpo docente em relação à compreensão, identificação e prevenção dos casos de ASI.

Além disso, as respostas obtidas revelaram uma escassez de pesquisas e reflexões aprofundadas sobre o ECA. Essa lacuna resulta na desqualificação dos profissionais da educação e na desinformação acerca das responsabilidades e incumbências legais que envolvem a proteção das crianças. Por essa razão, é fundamental promover o aprendizado contínuo, visando uma melhor compreensão e consciência do compromisso social e moral que os educadores devem ter, especialmente em relação a questões tão delicadas que afetam um grupo de alta vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

ABRAPIA. Associação Brasileira Multi-Profissional de Proteção à Infância e Adolescência. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção - guia de orientação para educadores**. Petrópolis, RJ: Autores & Agentes & Associados, 1997.

BALINT, C. **Psicopatologia dos autores de delitos sexuais contra crianças**. São Paulo: Summus, 1997.

BEE, H. **O ciclo vital**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

BISQUERRA, R. **Educación emocional y bienestar**. 1. ed. Barcelona: Praxis, 2000.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. LEI Nº 13.431, DE 4 DE ABRIL DE 2017. **Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e da adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

BRASIL. **Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021**, Boletim epidemiológico, v. 54, n. 8, 2023.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L.C.A. **Professores Como Agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil**. Educação & Realidade, v. 33, n. 2, p. 209-19, 2008.

BRINO, R.F.; WILLIAMS, L.C.A. **Capacitação do Educador acerca do Abuso Sexual Infantil**. Interação em Psicologia, UFSCar, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2003.

COLLIN-VEZINA, D.; MILNE, L. **Child sexual abuse: An overview**. Encyclopedia on Early Childhood Development, v. 1, n. 1, 2019.

CRAMI. *Abuso Sexual Doméstico. Série Fazer Valer os Direitos (Unicef)*. Volume 1, São Paulo: Editora Cortez: Brasília, DF: Unicef, 2002.

ESPINDOLA, G.A.; BATISTA, V. **Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 33, n. 3, p. 596-611, 2013.

FALEIROS, E. T. S. **Repensando os Conceitos de Violência, Abuso e Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes**. UNICEF: Brasília, 2000.

FERGUSSON, D.M.; MCLEOD, G.F.H.; HORWOOD, L.J. **Childhood sexual abuse and adult developmental outcomes: findings from a 30-year longitudinal study in New Zealand.** *Child Abuse Negl*, v. 37, n. 9, p. 664-74, 2013.

FINKELHOR, D. et al. **Sexual abuse in a national survey of adult men and women: Prevalence, characteristics, and risk factors.** *Child Abuse and Neglect*, v. 14, n. 1, p. 19-28, 1990.

FLORENTINO, B. R. B. **As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes.** *Fractal: Revista da Psicologia*, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

GUIMARÃES, A. P. A.; MACHADO, L.; ORMENO, G. R. **Conhecimento de educadoras a respeito dos maus-tratos infantis: Identificação e notificação de casos.** *Dialogia*, n. 36, p. 518-531, 2020.

HABIGZANG, L F. et al . **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos.** *Psic.: Teor. e Pesq.*, v. 21, n. 3, p. 341- 348, 2005.

HALPERIN, D. et al. **Prevalence of child sexual abuse among adolescents in Geneva: results of a cross sectional survey.** *BMJ*, v. 321, n. 7042, p. 1326-9, 1996.

HEWITT, S. **Assessing allegations of sexual abuse in preschool children: Understanding small voices.** Thousand Oaks, CA: Sage Publications, 1998.

LANDINI, T.S. **O professor diante da violência sexual.** – São Paulo: Cortez, v. 4, 2011.

LERNER, T. **Tratamento Em Situações de Abuso Sexual de Crianças e Adolescentes.** *Jornal da Rede Saúde*, n. 22, p. 15-16, 2000.

MANITA, C. **Quando as portas do medo se abrem: do impacto psicológico ao(s) testemunho(s) de crianças vítimas de abuso sexual.** In: Sottomayor, M.; Silva, A.; Fonseca, A.; Fernandes, L. (Coords.), *Cuidar da justiça de crianças e jovens.* Coimbra. Almedina, 2003.

MARIA, S.; ORNELAS, J. **O papel da comunidade na prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças (ASC).** *Análise Psicológica*, v. 28, n. 3, p. 411-436, 2010.

MARQUES, N.M. **Fatores clínicos e de risco associados ao desempenho cognitivo em crianças vítimas de abuso sexual.** Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo USP. São Paulo, 2015.

QUENAN, N.N.E.; DOMINGUEZ, G.C.S. **Sexual Child Abuse: Epidemiology and a Study of Pediatrician Case Management before and after Supplementary Training.** *Pediatría*. Asunción, v. 40, n. 2, p. 126, 2013.

RODRIGUES, M.S. **O lúdico como ferramenta para orientar a sexualidade na Educação Infantil.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2013.

SAUNDERS, B. et al. **Prevalence, case characteristics, and long-term psychological correlates of child rape among women: a national survey.** *Child Maltreatment*, v. 4, n. 3, p. 187- 200, 1999.

SILVA, L.M.; RESENDE, V.R. **A violência doméstica contra crianças e adolescentes: uma (re)visão.** *PPI*, v. 1, n. 5, 2011.

SOMA, S. M. P.; WILLIAMS, L. C. A. **Livro infantil especializado como estratégia de prevenção do abuso sexual.** São Paulo: Ed. Psicologia: Teoria e Prática, v. 21, n. 1, p. 186-203, 2019.

SPAZIANI, R.B. **Violência sexual infantil: compreensões de professoras sobre conceito e prevenção.** 2013. 131 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2013.

STOLTENBORGH, M. et al. **A Global Perspective on Child Sexual Abuse: Meta-Analysis of Prevalence around the World.** *Child Maltreatment*, v. 16, n. 1, p. 79-101, 2011.

TEIXEIRA-FILHO, F. S. et al. **Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência.** *Psicologia & Sociedade*, v. 25, p. 90–102, 2013.

WILLIAMS, L.C.A.; ARAÚJO, E.A.C. **Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Um Enfoque Interdisciplinar.** Curitiba, PR: Editora Juruá, 2009.

YAEGASHI, S. F. R.; AMARAL, M.D.S.B. **A Psicopedagogia no Brasil: contextualização e prática.** Cadernos de Metodologia e Técnicas de Pesquisa. Maringá: Eduem, nº5, 1994.

ZULIANI, G.M.; MANARIN, T.; GAGLIOTTO, G.M.. **O professor frente a violência sexual intrafamiliar e o impacto no desenvolvimento da aprendizagem da criança.** V Simpósio Internacional em Educação Sexual, 2017.